



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

## ***Relatório do Controle Interno***

### ***Prestação de Contas***

***da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão  
Exercício Financeiro de 2019***

**2020**

***Assessoria de Controle Interno e Auditoria  
da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão***

***Composta por:***

***Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior***  
*Analista Ministerial*  
*Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria*

***Fábio Rafael Viana Lobato da Silva***  
*Analista Ministerial*

***Alan Vasconcelos Santos***  
*Analista Ministerial*

***Raimundo João Serejo Azevedo Filho***  
*Técnico Ministerial*

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	4
<b>2. DO ORÇAMENTO</b> .....	5
<b>2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais</b> .....	5
<b>2.2 Das Receitas</b> .....	6
<b>2.3 Das Despesas</b> .....	7
<b>3. DO FINANCEIRO</b> .....	11
<b>4. DO PATRIMÔNIO</b> .....	13
<b>5. DOS PROGRAMAS DE TRABALHO</b> .....	20
<b>6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO</b> .....	23
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	24

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

### 1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Controle Interno, que acompanha a Prestação de Contas Anual do Chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão, é exigência das Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual, inclusive no tocante aos documentos necessários a sua composição.

Neste relatório, faz-se uma análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício financeiro de 2019, baseada nas demonstrações contábeis, relatórios contidos na prestação de contas e em dados do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão e do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/MA.

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

### 2. DO ORÇAMENTO

#### 2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais

A Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº. 10.988, de 31/12/2018), autorizou inicialmente para a Procuradoria-Geral de Justiça recursos na ordem de R\$ 357.628.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões e seiscentos e vinte e oito mil reais) e, mediante abertura de créditos adicionais, tal montante foi alterado para R\$ 513.350.082,47 (quinhentos e treze milhões, trezentos e cinquenta mil e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

No exercício em exame, foram realizadas aberturas de créditos suplementares em favor da PGJ, em conformidade com os artigos 40 a 46 da Lei Federal nº. 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aumentando o valor global das dotações em R\$ 155.722.082,47 (cento e cinquenta e cinco milhões, setecentos e vinte e dois mil e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos), sendo que, deste montante, está incluso o valor de R\$ 1.886.825,37 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil e oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos), relativo ao superávit financeiro apurado no seu Balanço Patrimonial ao final do exercício de 2018.

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

### 2.2 Das Receitas

Como descrito no item **2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais**, a Lei Estadual nº. 10.988/2018 autorizou para a PGJ, para o exercício de 2019, a receita inicialmente prevista no montante de R\$ 357.628.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões e seiscentos e vinte e oito mil reais), posteriormente alterado para R\$ 513.350.082,47 (quinhentos e treze milhões, trezentos e cinquenta mil e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos), em razão da abertura de créditos adicionais.

Conforme se depreende da análise do Balanço Orçamentário, no que tange à execução da receita, os valores que a constituem são, na verdade, o total de Transferências Financeiras Recebidas, no valor de R\$ 499.308.641,56 (quatrocentos e noventa e nove milhões, trezentos e oito mil e seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), constantes no Balanço Financeiro, adicionados ao valor do superávit financeiro do referido fundo apurado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2018, no valor de R\$ 1.886.825,37 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil e oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos), perfazendo o montante de R\$ 501.195.466,93 (quinhentos e um milhões, cento e noventa e cinco mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos).



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

### 2.3 Das Despesas

A execução da despesa orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício de 2019, pode ser demonstrada como segue:

UNIDADE GESTORA: 070101 - Procuradoria Geral de Justiça						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS LIQUIDADAS (C)	DESPESAS PAGAS (D)	SALDO DA DOTAÇÃO (E) = (A - B)
DESPESAS CORRENTES	352.408.000,00	496.243.257,10	484.520.206,52	481.074.367,11	471.486.386,09	11.723.050,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	282.739.000,00	391.343.118,00	380.998.555,81	380.998.555,81	372.294.665,30	10.344.562,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.669.000,00	104.900.139,10	103.521.650,71	100.075.811,30	99.191.720,79	1.378.488,39
DESPESAS DE CAPITAL	5.220.000,00	17.106.825,37	15.469.885,58	9.686.717,31	9.680.762,01	1.636.939,79
INVESTIMENTOS	5.220.000,00	17.106.825,37	15.469.885,58	9.686.717,31	9.680.762,01	1.636.939,79
<b>TOTAL</b>	<b>357.628.000,00</b>	<b>513.350.082,47</b>	<b>499.990.092,10</b>	<b>490.761.084,42</b>	<b>481.167.148,10</b>	<b>13.359.990,37</b>

Como se observa no demonstrativo acima, no exercício de 2019, foram pagos 96,24% do valor total das despesas empenhadas, sendo que a diferença, no percentual de 3,76%, que corresponde ao valor de R\$ 18.822.944,00 (dezoito milhões, oitocentos e vinte e dois mil e novecentos e quarenta e quatro reais), foi inscrita em restos a pagar, no final de tal exercício.

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

Quando fazemos o cotejo entre as **despesas pagas** e as **despesas empenhadas**, por **categoria econômica**, verificamos que, no exercício de 2019, 97,31% das despesas correntes empenhadas foram pagas, ao passo que foram pagas 62,58% das despesas de capital empenhadas, na forma abaixo demonstrada:

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS PAGAS (D)	% (D / B)
DESPESAS CORRENTES	484.520.206,52	471.486.386,09	97,31
DESPESAS DE CAPITAL	15.469.885,58	9.680.762,01	62,58
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>499.990.092,10</b>	<b>481.167.148,10</b>	<b>96,24</b>

Quando fazemos a mesma análise, mas com base no **grupo de natureza de despesa**, constatamos que o **maior percentual** das despesas pagas relativamente ao montante empenhado ocorreu no grupo de **pessoal e encargos sociais**, conforme demonstrado na tabela a seguir:

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS PAGAS (D)	% (D / B)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	380.998.555,81	372.294.665,30	97,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	103.521.650,71	99.191.720,79	95,82
INVESTIMENTOS	15.469.885,58	9.680.762,01	62,58
<b>TOTAL</b>	<b>499.990.092,10</b>	<b>481.167.148,10</b>	<b>96,24</b>



## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

Das despesas empenhadas no exercício de 2019, no montante de R\$ 499.990.092,10 (quatrocentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa mil e noventa e dois reais e dez centavos), a quantia de R\$ 481.167.148,10 (quatrocentos e oitenta e um milhões, cento e sessenta e sete mil e cento e quarenta e oito reais e dez centavos) foi paga no exercício, o que resultou na inscrição de restos a pagar, no final do exercício de 2019, no montante de R\$ 18.822.944,00 (dezoito milhões, oitocentos e vinte e dois mil e novecentos e quarenta e quatro reais), na forma abaixo descrita:

APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	VALORES
( + ) Despesas Empenhadas	499.990.092,10
( - ) Despesas Pagas	481.167.148,10
<b>( = ) RESTOS A PAGAR – INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO</b>	<b>18.822.944,00</b>
<b>Restos a Pagar Processados</b>	<b>9.229.007,68</b>
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>9.593.936,32</b>

Do valor total inscrito em restos a pagar no final do exercício de 2019, ou seja, R\$ 18.822.944,00 (dezoito milhões, oitocentos e vinte e dois mil e novecentos e quarenta e quatro reais), R\$ 9.593.936,32 (nove milhões, quinhentos e noventa e três mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos) referem-se aos restos a pagar não processados, e o restante, no valor de R\$ 9.229.007,68 (nove milhões, duzentos e vinte e nove mil e sete reais e sessenta e oito centavos), aos restos a pagar processados.

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

Quanto à **execução da despesa extraorçamentária**, verificamos que, do montante de R\$ 5.671.527,07 (cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil e quinhentos e vinte e sete reais e sete centavos), inscrito em restos a pagar em 2018, foi realizado o desembolso para pagamento no valor de R\$ 5.001.889,18 (cinco milhões, um mil e oitocentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos), de modo que o restante, no valor de R\$ 669.637,89 (seiscentos e sessenta e nove mil e seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos), foi cancelado no final de 2019, gerando uma disponibilidade financeira como fonte de recurso para composição do superávit financeiro no final do exercício.

Quanto à **aquisição de material permanente**, em casos excepcionais, **com recursos advindos de adiantamentos ou suprimento de fundos**, na forma estabelecida no Ato Regulamentar nº. 04/2013-GPGJ, até o valor limite de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada despesa de pequeno vulto, conforme Portaria nº. 0417/2013-GPGJ, verificamos que foi despendido no exercício de 2019 o montante de R\$ 1.765,80 (um mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

No que tange às **despesas com pessoal e encargos sociais**, ao longo do exercício de 2019, verificamos que, após as deduções legais, a despesa líquida com pessoal e seu respectivo comprometimento em relação à receita corrente líquida estadual apresentaram os seguintes valores nos três quadrimestres do referido exercício, demonstrando, portanto, o cumprimento do limite com despesa de pessoal estabelecido no art. 20, II, “d”, da Lei Complementar nº. 101/2000-LRF, conforme consta na tabela abaixo:

QUADRIMESTRE	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% DESPESA COM PESSOAL
1º.	259.093.850,48	13.348.715.894,19	1,94%
2º.	261.443.786,01	14.031.708.111,48	1,86%
3º.	261.285.569,42	14.530.152.195,28	1,80%

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

### 3. DO FINANCEIRO

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ficou evidenciado que, no início do exercício de 2019, a Procuradoria Geral de Justiça apresentou disponibilidade de caixa no montante de R\$ 7.559.599,33 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e quinhentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos), sendo que, ao final de tal exercício, o saldo em questão foi de R\$ 18.878.340,20 (dezoito milhões, oitocentos e setenta e oito mil e trezentos e quarenta reais e vinte centavos).

O fluxo financeiro pode ser demonstrado no quadro a seguir:

<b>FLUXO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	
<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2018:</b>	<b>7.559.599,33</b>
( + ) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	499.308.641,56
( - ) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS	481.167.148,10
( - ) DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS PAGAS	5.001.889,18
( - ) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.820.863,41
<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2019:</b>	<b>18.878.340,20</b>

Após análise do Balanço Financeiro, verificamos que houve um aumento do saldo em espécie em caixa no final do exercício, o que demonstra um resultado financeiro positivo no montante de R\$ 11.318.740,87 (onze milhões, trezentos e dezoito mil e setecentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos), na forma abaixo demonstrada:

<b>APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	
( + ) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18.878.340,20
( - ) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	7.559.599,33
<b>RESULTADO FINANCEIRO POSITIVO</b>	<b>11.318.740,87</b>



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

Os recursos financeiros da Procuradoria Geral de Justiça e os depósitos de terceiros em espécie sob nossa responsabilidade foram depositados durante todo o exercício em rede bancária oficial, formando o saldo das disponibilidades de caixa em 31/12/2019, após as devidas conciliações bancárias, atendendo à determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro a seguir:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE/ POUPANÇA	SALDO SIAFEM EM 31/12/2019
BANCO DO BRASIL	3846-6	159427-3	18.830.598,59
		5229-9	47.682,51
BANCO BRADESCO	1152	80119-4	59,10
TOTAL			<b>18.878.340,20</b>

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

### 4. DO PATRIMÔNIO

As variações ocorridas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, durante o exercício financeiro de 2019, estão demonstradas, por determinação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e da Lei Federal nº. 4.320/1964, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Preliminarmente, cumpre registrar a perene diligência do Ministério Público do Estado do Maranhão no tocante à observância dos normativos emanados dos órgãos de controle externo, notadamente, no contexto do presente item deste relatório, das prescrições contidas nos seguintes instrumentos:

I) Portaria STN nº. 548/2015 (dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual), da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que estabelece para os Estados, já a partir do exercício de 2019, a obrigatoriedade dos registros contábeis concernentes ao “reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável”;

II) Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios; e

III) Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2017, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº. 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis, emitida pela STN.

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

Como parte dos esforços envidados para dar fiel cumprimento aos referidos normativos, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão determinou, mediante a edição da PORTARIA-GAB/PGJ-50542019, a designação de servidores para comporem comissão visando o estabelecimento e normatização dos procedimentos a serem utilizados na implementação da depreciação de bens móveis e imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão, tendo em vista o Processo Administrativo nº. 6638/2019.

Deste modo, após circunstanciada análise das normas afins, bem como da realidade institucional deste Ministério Público Estadual, foram apresentados pela aludida comissão um Relatório Técnico (Reconhecimento, Mensuração, Depreciação e Reavaliação do Ativo Imobilizado) e uma minuta de Ato Regulamentar, o que ensejou a edição das seguintes normas, no âmbito deste Órgão Ministerial:

I) Ato Regulamentar nº. 026/2019-GPGJ, que dispõe sobre os procedimentos a serem utilizados para o reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados (bens móveis permanentes e bens imóveis), assim como para a implementação da depreciação e da reavaliação desses; e

II) Ato Regulamentar nº. 027/2019-GPGJ, que instituiu o Sistema GESP – Módulos Patrimônio e Material, como sistema oficial de gestão patrimonial utilizado no âmbito do Ministério Público Estadual, a partir do exercício de 2019.

Assim, na senda do cumprimento dos normativos e instrumentos regulamentares até aqui elencados, este Ministério Público Estadual implementou, já no exercício de 2019, procedimentos referentes ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos seus bens móveis e imóveis, respectiva depreciação, amortização ou exaustão, bem como reavaliação e redução ao valor recuperável.

No contexto específico dos bens móveis permanentes, procedeu-se à depreciação no Sistema GESP – Módulo Patrimônio, adotando-se como parâmetro os respectivos valores de aquisição.

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

Na seara da gestão patrimonial dos bens imóveis, com fulcro sobretudo no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura – COEA, em alinhamento com a Coordenadoria de Administração – CAD e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COF, deste Órgão, procederam à segregação entre os terrenos e as edificações, com reflexos no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/MA.

Posteriormente, com base nos cálculos efetuados pela COEA, os referidos bens imóveis (terrenos e edificações) foram reavaliados e, por fim, as edificações sofreram as devidas depreciações.

Ao termo dessa breve contextualização, necessária para melhor compreensão da temática em questão, damos continuidade ao relatório, com a avaliação do resultado patrimonial da unidade gestora em análise.

Considerando que a apuração do resultado patrimonial implica o confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD), restou evidenciado, após análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, que ocorreu um resultado superavitário de R\$ 27.793.850,53 (vinte e sete milhões, setecentos e noventa e três mil e oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e três centavos), na forma demonstrada pela tabela a seguir:



## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

APURAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	
<b>1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>548.669.123,60</b>
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	502.849.226,22
VALORIZ. E GANHOS C/ATIVOS E DESINC. PASSIVOS	45.714.854,46
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	105.042,92
<b>2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>520.875.273,07</b>
PESSOAL E ENCARGOS	380.993.089,24
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	15.790.087,24
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	121.191.871,79
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.820.863,41
DESVALOR. E PERDA DE ATIVO E INCORP. PASSIVO	479.280,82
TRIBUTÁRIAS	596.898,81
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.181,76
<b>3. RESULTADO PATRIMONIAL POSITIVO</b>	<b>27.793.850,53</b>

Para melhor compreensão da gestão dos bens patrimoniais, discriminaremos os cenários relativos aos bens de estoque, aos bens móveis e aos bens imóveis, ao fim do exercício de 2019.

a) quanto aos **bens de estoque**, o saldo inicial do exercício de 2019 na referida conta foi de R\$ 2.239.617,98 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil e seiscentos e dezessete reais e noventa e oito centavos), encerrando-se com R\$ 729.697,36 (setecentos e vinte e nove mil e seiscentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos), havendo, desta forma, uma diminuição dos referidos bens, na ordem de R\$ 1.509.920,62 (um milhão, quinhentos e nove mil e novecentos e vinte reais e sessenta e dois centavos), conforme movimentação a seguir:



## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS DE ESTOQUE NO EXERCÍCIO	
<b>SALDO DOS BENS DE ESTOQUE EM 31/12/2018:</b>	<b>2.239.617,98</b>
( + ) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	1.241.929,07
( + ) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS	339.449,08
( - ) TOTAL DAS BAIXAS	(3.091.298,77)
<b>SALDO DOS BENS DE ESTOQUE EM 31/12/2019:</b>	<b>729.697,36</b>
DECRÉSCIMO DOS BENS DE ESTOQUE EM 2019:	1.509.920,62

**b)** quanto aos **bens móveis**, verificamos que, após confrontar as aquisições orçamentárias e extraorçamentárias, bem como as incorporações e as desincorporações patrimoniais, em princípio apresentava um acréscimo patrimonial, mas em virtude da instituição da depreciação com base nos valores de aquisições dos referidos bens, constatamos um decréscimo patrimonial na ordem de R\$ 29.681.122,79 (vinte e nove milhões, seiscentos e oitenta e um mil e cento e vinte e dois reais e setenta e nove centavos), conforme segue abaixo demonstrado:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO	
<b>SALDO DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2018:</b>	<b>60.670.044,44</b>
( + ) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	4.331.815,93
( + ) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	1.241.105,59
( + ) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAM. DE BENS MÓVEIS POR DOAÇÃO	16.852,00
( + ) INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	303.904,64
( - ) DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	(1.236.562,94)
<b>( = ) SALDO DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2019:</b>	<b>65.327.159,66</b>
( - ) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS:	(34.338.238,31)
<b>( = ) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2019</b>	<b>30.988.921,65</b>
<b>DECRÉSCIMO DOS BENS MÓVEIS EM 2019:</b>	<b>29.681.122,79</b>

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

Cabe registrar que a desincorporação dos bens móveis acima mencionada foi decorrente de doações, inservibilidade, furto ou roubo e de ajuste, no montante de R\$ 1.236.562,94 (um milhão, duzentos e trinta e seis mil e quinhentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos), na forma a seguir descrita:

DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO	
DOAÇÕES	371.730,61
INSERVIBILIDADE	76.187,01
FURTO OU ROUBO	15.329,00
AJUSTE (TRANSF. DE 05 ELEVADORES PARA BENS IMÓVEIS)	773.316,32
<b>TOTAL DAS DESINCORPORAÇÕES DOS BENS MÓVEIS</b>	<b>1.236.562,94</b>

c) quanto aos **bens imóveis**, constatamos que as aquisições orçamentárias e extraorçamentárias, bem como as incorporações, as reavaliações e as depreciações patrimoniais ocorridas no exercício de 2019, elevaram o patrimônio em R\$ 56.647.637,24 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e seiscentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos), de acordo com o demonstrativo abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS NO EXERCÍCIO	
<b>SALDO DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2018:</b>	<b>106.959.201,25</b>
( + ) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	5.354.901,38
( + ) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	1.929.456,26
( + ) REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	17.293.498,93
( + ) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	3.236.680,02
( + ) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (TERRENOS)	28.314.616,11
( + ) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (05 ELEVADORES)	773.316,32
<b>( = ) SALDO DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2019:</b>	<b>163.861.670,27</b>
( - ) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS:	(254.831,78)
<b>( = ) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2019:</b>	<b>163.606.838,49</b>
<b>ACRÉSCIMO DOS BENS IMÓVEIS EM 2019:</b>	<b>56.647.637,24</b>



## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

Quanto ao **superávit financeiro do exercício de 2019**, ao analisarmos os Balanços Patrimonial e Financeiro, verificamos que sua apuração consiste na diferença entre o Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro, resultando em um Superávit Financeiro de R\$ 54.149,31 (cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), conforme quadro abaixo:

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
1. ATIVO FINANCEIRO	20.649.134,69
2. PASSIVO FINANCEIRO	(20.594.985,38)
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>54.149,31</b>

Sob nossa **responsabilidade com terceiros**, verificamos a existência do montante de R\$ 1.772.041,38 (um milhão, setecentos e setenta e dois mil e quarenta e um reais e trinta e oito centavos), sendo que, deste valor, R\$ 1.770.794,49 (um milhão, setecentos e setenta mil e setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos) correspondem aos depósitos e cauções e a pequena diferença de R\$ 1.246,89 (um mil, duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e nove centavos) refere-se a outros consignatários.

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

### 5. DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

O Plano Plurianual do Estado do Maranhão contemplou a Procuradoria Geral de Justiça Estadual com 02 (dois) programas de trabalho e 06 (seis) ações de atuação institucional, a saber: **0411 – Apoio Administrativo e 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça**, cada programa com 03 (três) ações.

Quanto ao cumprimento das metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, temos a informar que, em 2019, esta Unidade Gestora atribuiu metas físicas somente para 02 (duas) ações, a saber: **Construção da Sede Própria do Ministério Público (código: 3037) e Desenvolvimento Institucional (código: 4426)**, sendo que a primeira cumpriu 31,25% e a segunda foi cumprida integralmente.

A gestão do orçamento da Procuradoria Geral de Justiça contemplou 02 (dois) programas e 06 (seis) ações de atuação institucional e comprometeu 97,40% do orçamento autorizado, conforme se observa no demonstrativo a seguir, correspondente à Execução Física e Financeira por Programas e Ações.

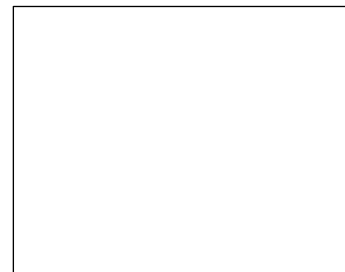
Prestação de Contas da PGJ | Exercício Financeiro de 2019



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

EXERCÍCIO  
2019

EMISSÃO  
23/03/2020 09:08:47



EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA POR PROGRAMAS E AÇÕES

UNIDADE GESTORA: (070101) - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA															
Programa: (0411) - APOIO ADMINISTRATIVO															
COD	AÇÃO	PRODUTO	UNI. MEDIDA	META FÍSICA			VALOR: R\$								
				PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT INICIAL	DOT ATUAL (A)	EMP (B)	SALDO (A-B)	% (B/A)	LIQUIDADO (C)	% (C/A)	PAGO (D)	% (D/A)
0901	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	9.947.652,00	9.953.452,00	9.953.280,01	171,99	100,00	9.953.280,01	100,00	9.953.280,01	100,00
0963	CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	496.704,00	609.704,00	609.594,99	109,01	99,98	609.594,99	99,98	609.594,99	99,98
PROGRAMA (TOTAL):							10.444.356,00	10.563.156,00	10.562.875,00	281,00	100,00	10.562.875,00	100,00	10.562.875,00	100,00
Programa: (0411) - APOIO ADMINISTRATIVO															
COD	AÇÃO	PRODUTO	UNI. MEDIDA	META FÍSICA			VALOR: R\$								
				PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT INICIAL	DOT ATUAL (A)	EMP (B)	SALDO (A-B)	% (B/A)	LIQUIDADO (C)	% (C/A)	PAGO (D)	% (D/A)
0900	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	30.596.865,00	33.557.565,00	33.557.456,83	108,17	100,00	33.557.456,83	100,00	33.557.456,83	100,00
PROGRAMA (TOTAL):							30.596.865,00	33.557.565,00	33.557.456,83	108,17	100,00	33.557.456,83	100,00	33.557.456,83	100,00

“2020: O Ministério Público no fortalecimento do controle social.”

Av. Prof. Carlos Cunha, s/n - Calhau, São Luís/MA, CEP: 65076-820 | Telefone: (98) 3219-1774 | e-mail: auditoria\_interna@mpma.mp.br

**Prestação de Contas da PGJ | Exercício Financeiro de 2019**

<b>Programa: (0337) - GESTÃO DE AÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA</b>															
COD	AÇÃO	PRODUTO	UNI. MEDIDA	META FÍSICA			VALOR: R\$								
				PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT INICIAL	DOT ATUAL (A)	EMP (B)	SALDO (A-B)	% (B/A)	LIQUIDADO (C)	% (C/A)	PAGO (D)	% (D/A)
2963	COORDENAÇÃO DAS AÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	315.286.779,00	453.892.536,10	442.191.157,47	11.701.378,63	97,42	438.745.318,06	96,66	429.166.256,44	94,55
3037	CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Prédio construído e aparelhado	unidade	16,00	5,00	31,25	300.000,00	14.216.825,37	12.587.137,02	1.629.688,35	88,54	6.803.968,75	47,86	6.798.013,45	47,82
4426	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Pessoa capacitada	unidade	2.893,00	2.893,00	100,00	1.000.000,00	1.120.000,00	1.091.465,78	28.534,22	97,45	1.091.465,78	97,45	1.082.546,38	96,66
<b>PROGRAMA (TOTAL):</b>							316.586.779,00	469.229.361,47	455.869.760,27	13.359.601,20	97,15	446.640.752,59	95,19	437.046.816,27	93,14
<b>UNIDADE GESTORA (TOTAL):</b>							357.628.000,00	513.350.082,47	499.990.092,10	499.990.092,10	97,40	490.761.084,42	95,60	481.167.148,10	93,73

<b>TOTAL GERAL</b>			
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	357.628.000,00	<b>LIQUIDADO (C)</b>	490.761.084,42
<b>DOTAÇÃO ATUAL (A)</b>	513.350.082,47	<b>%(C/A)</b>	95,60
<b>EMPENHADO (B)</b>	499.990.092,10	<b>PAGO (D)</b>	481.167.148,10
<b>SALDO (A-B)</b>	13.359.990,37	<b>%(D/A)</b>	93,73
<b>%(B/A)</b>	97,40		

23/03/2020 09:08:47



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

### 6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO

Em atendimento à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à Transparência da Gestão Fiscal, no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no *link* “<https://mpma.mp.br/index.php/transp-execucao-orcamentaria-financeira>”, podem ser acessadas, por qualquer cidadão, as informações sobre realização de receitas e despesas, consultas de despesas por credor, além de consultas de pagamentos, empenhos e liquidações.

## Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2019

### 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a legislação pertinente à matéria, notadamente a Lei Federal nº. 4.320/1964 e a Lei Estadual nº. 10.988/2018, bem como as Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual do Chefe do Ministério Público do Estado, e com base na documentação disponibilizada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças desta Procuradoria, nos relatórios constantes na prestação de contas em análise e nos registros dos sistemas SISPCA, SIGEF/MA e GESP – Módulos Patrimônio e Material, manifestamo-nos pela regularidade da Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça, referente ao exercício de 2019, especificamente no que tange à realização da receita e da despesa.

É o relatório que esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria encaminha ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, para conhecimento e deliberação das providências julgadas cabíveis.

São Luís (MA), 27 de março de 2020.

**Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior**  
*Analista Ministerial*  
*Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria*